

Maior reforma tributária desde a ditadura passa no Congresso

Tributos Votação histórica

Congresso Nacional aprova texto da reforma tributária

— Discutida há três décadas, proposta promete simplificar o sistema de impostos e, com isso, destravar investimentos no País

ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASILIA

Após 30 anos de tentativas frustradas, o Congresso Nacional aprovou, em votação histórica, o texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária. É a primeira grande mudança no sistema de tributos do País desde o fim da ditadura militar. O texto, que busca simplificar o sistema de impostos e

estimular novos investimentos produtivos, deve ser promulgado na próxima quarta-feira.

A última mexida dessa magnitude ocorreu há 60 anos, quando foram criados o ICM (que, posteriormente, ganhou também o S, de serviços) e o ISS - tributos cobrados sobre mercadorias e serviços e considerados inovadores na época.

Em segunda votação ontem à noite na Câmara, o texto foi aprovado em primeiro turno por 371 votos a favor e 121 contra, com 3 abstenções - por ser uma PEC, eram necessários

308 votos. Já em segundo turno, o placar foi de 365 a favor, 118 contra e uma abstenção.

História Última grande reforma dos tributos ocorreu há 60 anos, com a criação do antigo ICM e do ISS

No primeiro turno, após a votação, três destaques foram aprovados. Um deles abre caminho para que auditores fiscais estaduais e municipais equiparem

suas remunerações com o teto do funcionalismo público, que é o salário dos ministros do STF.

Já na votação em segundo turno, foi aprovado um destaque que retira a obrigatoriedade de as armas serem taxadas pelo Imposto Seletivo, que vai incidir sobre produtos considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi um dos principais patrocinadores da aprovação da reforma, após ter ajudado a enterrar, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o avanço da

PEC em razão de disputas internas. Bolsonaro não deu apoio à proposta.

No governo Lula, a bandeira foi encampada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que criou uma secretaria extraordinária para negociar tecnicamente o texto - entregue ao economista Bernard Appy. Lula, porém, teve uma participação discreta, com poucas falas públicas em defesa do texto.

Desde a primeira votação na Câmara, foram cinco meses de uma tramitação marcada por embates. De um lado, lobbies de setores e atividades que buscam uma alíquota reduzida e tratamento diferenciado; de outro, a disputa entre Estados ricos e pobres por mais recursos e pela prorrogação de incentivos fiscais. Haddad teve de abrir o caixa do Tesouro para bancar quatro fundos que serão criados para repassar recursos a Estados e municípios, com impacto no Orçamento e sem previsão de uma fonte de financiamento. ●

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA NAS PÁGS. 62, 64 e 67

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1